

Resumo de notícias econômicas

17 de Setembro de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 176

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 17 SETEMBRO DE 2021

Governo aumenta IOF para bancar novo Bolsa Família

O Estado de S. Paulo

O governo anunciou o aumento da alíquota do imposto sobre operações financeiras, o IOF. A medida vai valer de 20 de setembro a 31 de dezembro. A arrecadação adicional, calculada em R\$ 2,14 bilhões, vai ajudar a bancar a ampliação do Bolsa Família, rebatizada de Auxílio Brasil. A elevação do IOF vai encarecer o valor final dos empréstimos. Para as empresas, a alíquota diária subirá de 0,0041% (o equivalente a uma taxa anual de 1,5%) para 0,00559% (2,04% ao ano). No caso de pessoas físicas, vai passar de 0,0082% (alíquota anual de 3,0%) para 0,01118% (4,8%). A decisão do governo se deve a uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. A regra prevê que o aumento permanente de despesa (como a ampliação do novo Bolsa Família) precisa de uma fonte de custeio, isto é, uma receita capaz de financiar o gasto. Para 2022, quando Bolsonaro tentará a reeleição, o governo conta com a reforma do Imposto de Renda para compensar o aumento das despesas.

O presidente Jair Bolsonaro decidiu aumentar a alíquota do IOF sobre operações de crédito para empresas e pessoas físicas, o que na prática vai encarecer o valor final dos empréstimos. A medida vai valer entre 20 de setembro e 31 de dezembro de 2021, e a arrecadação adicional de R\$ 2,14 bilhões no período vai ser usada para bancar a ampliação do programa Bolsa Família, rebatizado de Auxílio Brasil.

No caso das empresas, a alíquota diária do IOF subirá de 0,0041% (o equivalente a uma taxa anual de 1,5%) para 0,00559% (2,04% no ano). No caso de pessoas físicas, vai passar de 0,0082% (alíquota anual de 3,0%) para 0,01118% (4,8%).

A versão turbinada do programa tem de entrar em vigor ainda este ano – provavelmente em novembro, com o fim do auxílio emergencial – por causa das restrições impostas pela lei eleitoral. Ele já prometeu um valor médio de R\$ 300 para o novo benefício, em comparação aos R\$ 190 pagos hoje. A Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF) prevê que uma medida de aumento permanente de despesa (como a ampliação do novo Bolsa Família) precisa vir acompanhada de uma fonte de custeio, isto é, uma receita capaz de financiar o gasto.

“A referida medida irá gerar um aumento de arrecadação estimado em R\$ 2,14 bilhões. Esse valor permitirá a ampliação do valor destinado ao programa social Auxílio Brasil, cujo novo valor entrará em vigor ainda no ano de 2021. A medida irá beneficiar diretamente cerca de 17 milhões de famílias e é destinada a mitigar parte dos efeitos econômicos danosos causados pela pandemia”, diz o comunicado.

Sob endividamento recorde, Bolsonaro encarece crédito

Broadcast

Num cenário de alta de juros e encarecimento do crédito, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para bancar o novo Bolsa Família nos últimos meses do ano não é bom sinal. Os financiamentos para empresas e pessoas físicas, que já estavam pressionados com a subida da taxa básica de juros, a Selic, vão ficar mais caros em um momento de esfriamento da atividade econômica e com endividamento recorde da população.

Do lado fiscal, porém, a decisão de aumentar o imposto representa um forte indício de que a equipe econômica conseguiu barrar a pressão pela renovação do auxílio emergencial por meio de crédito extraordinário para o combate do impacto da pandemia da covid-19.

O governo deve agora enfrentar questionamento sobre o uso do IOF, um tributo que tem função regulatória. Especialistas questionam o seu uso para aumentar a arrecadação.

Essa é a segunda alta de imposto para bancar medidas de interesse do presidente Jair Bolsonaro, que tenta a reeleição no ano que vem. O governo já tinha aumentado temporariamente a tributação dos bancos para custear a desoneração do diesel.

Ao anunciar o aumento do imposto, o Palácio do Planalto afirmou que vai permitir a ampliação do novo programa. Mas a solução para o seu Orçamento em 2022

está longe de estar resolvida com a indefinição para o pagamento da fatura de R\$ 89,1 bilhões com precatórios.

Menos burocracia nos Estados e nos municípios

Broadcast

Medidas de simplificação de exigências para a abertura de empresas adotadas por governos estaduais e prefeituras devem estimular novos empreendimentos e dinamizar a atividade econômica, além de compensar de algum modo iniciativas empresariais que a pandemia inibiu ou interrompeu no ano passado. Com base em classificação do Ministério da Economia, Estados e municípios passaram a dispensar alvarás e licenças prévias para a abertura e funcionamento de empresas consideradas de baixo risco.

A desburocratização melhora o ambiente de negócios e tende a impulsionar a retomada da economia, ainda sujeita a incertezas. Com a dispensa de alvarás e licenças definidas pelo Corpo de Bombeiros e por órgãos de vigilância sanitária e do meio ambiente, os empreendedores precisam apenas fazer o registro da nova empresa na Junta Comercial e obter o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para iniciar as operações regularmente.

Para a aplicação das novas normas, permitidas pela Lei de Liberdade Econômica, aprovada em 2019, as empresas foram classificadas em 300 atividades e divididas em três categorias, de acordo com o risco. As de menor risco foram dispensadas da exigência de apresentação de alvarás e licenças. Isso propicia ganhos de tempo, dinheiro, uso de recursos humanos e logísticos para os órgãos de fiscalização e facilita a vida do empreendedor.

Empresas de baixo risco são, geralmente, as que operam em locais menores, não têm grande fluxo de pessoas e não manipulam substâncias perigosas. A facilidade (ou a dificuldade) na abertura de empresas é um dos itens que compõem a avaliação feita pelo relatório Doing Business, elaborado anualmente pelo Banco Mundial. O relatório classifica os países de acordo com as condições que oferecem para a atividade empresarial.

O Brasil tem ocupado posições muito desconfortáveis nessa classificação. No caso da facilidade para a abertura de empresas, está na 124.^a posição, bem atrás de outras economias com as quais o País é geralmente comparado, como México (60.^a), Índia (63.^a) e Turquia (33.^a).

Na classificação feita pelo Ministério da Economia, a lista dos Estados que mais simplificaram os procedimentos é liderada por Minas Gerais.

Reforma do RH do Estado é criticada e deve ter novo texto

Folha de São Paulo

Pressionado pela bancada da bala na Câmara que apoia o governo Bolsonaro, o relator do projeto de reforma administrativa, Arthur Maia (DEM-BA), mudou de última hora o parecer para ampliar os privilégios aos policiais e depois foi obrigado a recuar com a repercussão negativa da proposta ontem. Especialistas apontaram que o parecer, além de representar uma antirreforma administrativa, promove uma contrarreforma da Previdência ao mudar regras de aposentadorias de policiais e retomar em pontos que foram superados na votação em 2019.

O texto também desagradou a outras categorias de servidores. O Movimento a Serviço do Brasil, que representa mais de 400 mil servidores públicos do Fisco, Poder Judiciário e do Ministério Público de todos os Estados do País, também criticou o parecer e a tentativa de votação açodada da proposta. Após reunião com membros da comissão especial que analisa o tema, Maia decidiu restabelecer o texto apresentado no dia 1.^o de setembro e entregar uma nova versão ontem. A votação da matéria foi marcada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), para a próxima terça-feira.

A nova versão foi descartada pela confusão que provocou, mas há o temor de que se repita o que aconteceu com projeto do Imposto de Renda, que na votação no plenário foi modificado sem ampla discussão.

“Acho que vão apelar e votar mesmo”, prevê a economista Ana Carla Abrão, da Oliver Wyman. Para ela, o texto reflete a pressão das corporações e representa um retrocesso “inacreditável” porque impede uma reforma administrativa efetiva ao constitucionalizar blindagens a diversas categorias.

Governo atenua corte em incentivos

O Estado de S. Paulo

O governo federal enviou ao Congresso um plano de corte gradual de R\$ 22,4 bilhões em incentivos fiscais, uma exigência prevista na emenda constitucional que recriou o auxílio emergencial a vulneráveis em 2021. O projeto tem alcance mais tímido do que era esperado, uma vez que a área jurídica do governo adotou uma interpretação mais branda da regra e entendeu que havia obrigação de propor uma redução de só R\$ 4,21 bilhões. Hoje, esses benefícios somam R\$ 307,9 bilhões, o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

O plano, não divulgado oficialmente pelo Ministério da Economia, mas obtido pelo Estadão, inclui a revogação de benefícios que já têm data para acabar, voltados, por exemplo, ao setor automotivo – mas que nos últimos anos foram alvo de intenso lobby por sua prorrogação. A emenda constitucional 109, que ficou conhecida como PEC emergencial, determinou ao governo a apresentação de um plano para levar os incentivos a 2% do PIB em oito anos. No primeiro ano, o corte deveria ser de 10% do estoque. O Congresso não é obrigado a cumprir o plano, que não tem nenhum efeito legal. Será preciso aprovar as medidas legais para ele produzir algum impacto.

Na própria emenda, no entanto, seis grandes benefícios ficaram “blindados” do corte: desoneração da cesta básica, entidades sem fins lucrativos, fundos constitucionais, ProUni (financiamento estudantil), Simples Nacional (regime de tributação diferenciado para pequenos negócios) e áreas de livre comércio, como a Zona Franca de Manaus. Juntos, eles representam R\$ 150,5 bilhões em incentivos.

O entendimento jurídico do governo é de que esses benefícios são excepcionais e não devem ser contabilizados para a meta. Assim, seriam considerados os outros R\$ 157,45 bilhões, que representam 2,06% do PIB – apenas 0,06% acima da meta a ser atingida em quase uma década. Na prática, nas contas da Receita Federal, a redução obrigatória é de apenas R\$ 4,21 bilhões. A regra dos 10% no primeiro ano, por sua vez, requer uma proposta de corte de R\$ 15,75 bilhões. O plano enviado ontem se baseia em grande parte no corte de incentivos previsto no projeto de reforma do Imposto de Renda, aprovado na Câmara e que enfrenta fortes resistências no Senado para ser

aprovado. Dos R\$ 22,4 bilhões de corte previstos entre 2022 e 2029, R\$ 15,29 bilhões são referentes à revogação de benefícios no projeto do IR.

A redução do restante dos incentivos (R\$ 7,12 bilhões) será obtida na maior parte com o fim de benefícios que já têm prazo determinado para acabar. Segundo o plano, sete benefícios têm prazo final em 2022, quatro em 2023, oito em 2024 e um em 2025.

Nesse grupo, o maior impacto esperado é com o fim de um benefício para montadoras e fabricantes de veículos instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Até 2025, elas têm direito a um crédito presumido do IPI em troca de projetos de investimentos apresentados até 2020. O incentivo existe desde 1997, mas foi sendo renovado e ampliado ao longo dos anos. A Receita espera uma economia de R\$ 4,04 bilhões a partir de 2026 com sua revogação.

O documento também propõe acabar com a redução de 70% no Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas para aquisição de obras estrangeiras. Outro item é a redução do benefício com redução de IPI em importação de autopeças, dos atuais R\$ 667 milhões para R\$ 469 milhões.

Também estão na lista o fim da dedução do IR devido por empresas e pessoas físicas sobre valores pagos a título de patrocínio ou doação a projetos esportivos aprovados pelo Ministério da Saúde e a revogação da dedução de quantias aplicadas em investimento na produção de obras cinematográficas brasileiras previamente credenciadas pelos órgãos de governo.

Economia diverge de mercado e estima 2,50% para o PIB

Broadcast

Apesar de o mercado já ter reduzido para menos de 1% suas projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, o Ministério da Economia divulgou ontem que revisou apenas marginalmente sua estimativa, de 2,51% para 2,50%. Para este ano, o órgão segue esperando uma alta de 5,30% no PIB.

As previsões constam na grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE).

De acordo com a SPE, apesar do recuo de 0,1% do PIB no segundo trimestre em relação aos três primeiros meses do ano, o crescimento interanual de 12,4% indicaria recuperação em relação ao vale da crise de 2020. “O destaque do PIB pelo lado da oferta foi o desempenho dos serviços, com alta de 0,7% ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal”, acrescentou a Economia. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento de 2023, 2024 e 2025 – todas em 2,50%. “Esperam-se efeitos positivos das reformas pró-mercado e do processo de consolidação fiscal”, completou a SPE.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram uma alta de 5,04% para o PIB de 2021. Para 2022, a estimativa no Focus é de crescimento de 1,72%, mas diversos analistas já passaram a projetar uma expansão de menos de 1% no próximo ano após o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ter dito nesta semana que a instituição aumentará os juros até “onde for necessário” para conter a inflação.

Em compensação, o Ministério da Economia revisou para cima sua projeção para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021. A estimativa para a alta de preços neste ano passou de 5,90% para 7,90%. Para 2022, a projeção passou de 3,50% para 3,75%. De acordo com a SPE, a partir de 2023 a projeção converge para a meta: 3,25% em 2023 e 3,0% de 2024 em diante.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 8% em 2021 e de 4,03% em 2022.

Todas as projeções para a inflação em 2021 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,75%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,25% a 5,25%). No caso de 2022, a meta é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (2,00% a 5,00%).

A Economia também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 6,20% para 8,40%. Para 2022, a projeção passou de 3,42% para 3,80%.

Se essa projeção se confirmar e não houver mudança no cálculo, o reajuste do salário mínimo em 2022 também será maior que o estimado anteriormente. Hoje, o

salário mínimo está em R\$ 1.100. Com a nova previsão para o INPC no acumulado de 2021, o valor subiria para R\$ 1.192,40 no ano que vem, acima da última proposta oficial do governo para o salário mínimo em 2022, divulgada em agosto, de R\$ 1.169.

Na proposta de orçamento de 2022 enviada pelo governo ao Congresso, está prevista a correção do salário mínimo apenas pela inflação, com base na estimativa do INPC, mas com um percentual menor, de 6,2%. De acordo com parâmetros do próprio governo, essa diferença nas estimativas resultará num gasto adicional de R\$ 17,4 bilhões para o Orçamento de 2022.

De olho na vice-liderança, Pague Menos reforça e-commerce e serviços em lojas

Broadcast

A rede de farmácias cearense Pague Menos caminha para conquistar a posição de segunda maior empresa do setor no País. O cenário, improvável até pouco tempo atrás, quando o segmento era dominado por Raia Drogasil e DPSP (Drogaria São Paulo/Pacheco), poderá ocorrer graças à compra da Extrafarma, do Grupo Ultra. Para oficializar a vice-liderança, depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a aquisição, fechada por R\$ 700 milhões. No horizonte da companhia, estão o aumento da oferta de serviços em lojas e a expansão do e-commerce.

“A Extrafarma estava numa situação de virada e com um valor que não era o que ela merecia, e vamos atingir um mercado ainda maior com a aquisição”, diz Mário Queirós, presidente da Pague Menos. “Mas também queremos crescer nas vendas digitais e em serviços.” Para conseguir comprar a sétima maior rede do País, a Pague Menos foi buscar dinheiro na Bolsa de Valores e fez o IPO (oferta pública de ações, na sigla em inglês) em 2020. A estreia era um plano antigo, mas foi adiada por problemas de seu fundador. Em 2018, o fundador da Pague Menos, Deusmar de Queirós, pai de Mário, foi condenado e preso por crimes contra o sistema financeiro nacional entre 2000 e 2006. Segundo o processo, o empresário, ao lado de sócios das corretoras Renda e

Pax, operava na Bolsa por meio de empresas que não tinham autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O processo se arrastava desde 2010.

Na época, Deusmar ocupava a presidência do conselho de administração – e logo pediu para sair. O negócio passou a ser tocado por seu filho, que já era o CEO. De lá para cá, houve mudanças para conter a crise. O próprio Deusmar chegou a retornar ao cargo de presidente do conselho, mas foi substituído pela filha Patrícia Rodrigues antes do IPO.

Inflação sobe e agrava crise causada pelo Brexit.

Reuters

Vendo escassez de produtos nos supermercados, os britânicos convivem agora uma alta histórica da inflação para agravar a crise provocada pelo Brexit e pela covid. Dados oficiais divulgados mostraram que a inflação no Reino Unido subiu, em agosto 3,2%, a maior alta em nove anos e um salto de 1,2% desde julho. Analistas explicam que a inflação foi pela alta dos preços de alimentos, hotéis e transportes. O Escritório de Estatísticas Nacionais diz que esse salto no custo de vida, será temporário, porque os preços dos alimentos em agosto foram mais baixos graças aos créditos distribuídos pelo governo.

No entanto, essa visão não é unânime. De acordo com o jornal The Guardian, citando economistas, a inflação pode permanecer alta por causa da pressão nas redes de abastecimento. O Reino Unido atravessa a pior crise de oferta em mais de meio século. A combinação de pandemia e novas regras de imigração – após o Brexit – deixou setores-chave sofrendo de escassez de mão de obra, especialmente no transporte rodoviário. Frutas e verduras estão apodrecendo nos campos por falta de trabalhadores para a colheita.

Os economistas também consideram que a variante Delta do coronavírus e as contínuas restrições à pandemia permanecem como uma ameaça. O Partido Trabalhista e os sindicatos advertiram que as famílias devem ainda enfrentar um golpe duplo nos próximos meses, à medida que o custo de vida aumenta. Segundo eles, o governo elevará os impostos e está preparando para fazer um corte nos benefícios sociais. “A

última coisa que as famílias precisam agora é outra crise de padrão de vida”, disse Frances O’grady, secretária-geral do Trades Union Congress (TUC), a central nacional dos sindicatos. “A inflação recorde é um sinal do que está por vir”, disse Yael Selfin, economista da KPMG, em entrevista ao London Evening Standard. “Embora a inflação possa diminuir em setembro, espera-se que permaneça elevada. Dificuldades de recrutamento, pressões de custo para negócios, problemas de cadeia de suprimentos e mudanças estruturais pós-covid estão apontando para uma inflação mais alta.”

Piso do professor é o menor de 40 países, diz OCDE

O Estado de S. Paulo

Relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta que os professores brasileiros têm salário inicial de US\$ 13,9 mil anuais. Grécia, Colômbia e Chile pagam US\$ 20 mil anuais. O piso salarial dos professores brasileiros nos anos finais do ensino fundamental é o mais baixo entre 40 países avaliados em um estudo da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado nesta quinta-feira. Os rendimentos dos docentes brasileiros no início da carreira são menores do que os de professores em países como México, Colômbia e Chile.

De acordo com o relatório Education at a Glance 2021, os professores brasileiros têm salário inicial de US\$ 13,9 mil anuais. Na Alemanha, por exemplo, o valor passa de US\$ 70 mil. E é maior do que US\$ 20 mil em países como Grécia, Colômbia e Chile. A conversão para comparação dos salários é feita usando a escala de paridade do poder de compra, que reflete o custo de vida nos países. Em relação ao salário real, que inclui pagamentos adicionais, o valor médio dos brasileiros também está aquém – só ultrapassa o que recebem os professores na Hungria e na Eslováquia. Os salários dependem de fatores como idade, nível de experiência e qualificação profissional.

No Brasil, segundo a OCDE, os salários reais médios dos professores são de US\$ 25.030 anuais no nível pré-primário (que corresponde à educação infantil) e US\$ 25.366 no nível primário (anos iniciais do fundamental). Na média dos países da OCDE, os valores para as mesmas etapas são US\$ 40.707 e US\$ 45.687, respectivamente.

“Igualdade de oportunidades é um ingrediente chave para uma sociedade democrática forte e coesa. Diferentemente de políticas que podem combater as consequências, a educação pode atacar as raízes da desigualdade de oportunidades”, disse nesta quinta-feira o secretáriogeral da OCDE, Mathias Cormann. “Reforçar investimentos em uma educação melhor e mais relevante será fundamental para ajudar os países a oferecer prosperidade social e econômica de longo prazo”, completou Cormann, em Paris.

“A carreira de professores no Brasil precisa ser estruturada de forma a garantir seu desenvolvimento profissional e aumento da aprendizagem dos alunos. Mas não dá pra não defender aumento salarial, não mesmo”, destacou nas redes sociais Priscila Cruz, cofundadora e presidente executiva do movimento Todos pela Educação.

Para a OCDE, o ambiente escolar influencia na decisão dos professores de entrar e permanecer na profissão. “O tamanho das turmas diminuiu nos últimos anos no Brasil, mas os salários dos professores permanecem abaixo da média”, aponta o relatório. Em relação ao tamanho das turmas, o estudo indica que o número de alunos nas salas tem caído de 2013 a 2019, passando de 23 para 20 estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental – abaixo da média da OCDE (21). Nos anos finais do fundamental, houve queda, de 28 para 26, mas é superior à média dos outros países (23). O relatório retoma que o Brasil foi o país que mais tempo manteve fechados os colégios. Foram 178 dias sem aulas presenciais na pré-escola e anos iniciais do fundamental no ano passado, o triplo do tempo da média dos países mais ricos.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.